

Buscando constituir uma história unitária do jornalismo nas antigas colônias de Portugal e de Espanha¹

Antonio HOHLFELDT²

Felipe MENEZES³

Rafaela SOUSA⁴

Fabíola MOLINA⁵

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

Em pesquisas anteriores, estabeleceu-se uma história conjunta do jornalismo luso-brasileiro, implicando Portugal, Brasil e as demais ex-colônias lusitanas. Recentemente, avançou-se nesta pesquisa, refletindo-se a respeito da história do jornalismo, tal como se apresenta, comparativamente, em Portugal e Espanha e, por consequência, nas respectivas colônias: no caso de Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Goa e Moçambique; no caso espanhol, a chamada América Hispânica, compreendendo, do México à Argentina. Buscam-se respostas a algumas questões interessantes, como o fato de o governo espanhol ter permitido prelos nas suas colônias, desde o século XVI, ao contrário de Portugal (com a exceção de Goa e Macau); e tem-se a preocupação em estabelecer uma história que atenda a uma periodização semelhante entre as metrópoles e as antigas colônias.

Palavras-chave: história do jornalismo – periodização da história da imprensa – imprensa luso-brasileira – imprensa hispano-americana

Antecedentes

Desde 2008, provocado por José Marques de Melo, a propósito do bicentenário do surgimento da imprensa jornalística do Brasil, um grupo de pesquisadores vem tentando recuperar os traços de uma possível história do jornalismo, no país. Em decorrência destes esforços, aliados a trabalhos de pesquisadores portugueses e de estudiosos sediados nas antigas colônias de expressão portuguesa, como Angola, Cabo Verde, Goa e Moçambique, tem-se buscado aproximar tais descobertas, no que resultou na edição de “A history of the

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da FAMECOS-PUCRS. Pesquisador do CNPq; associado e ex-Presidente da INTERCOM; membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. E-mail: a_hohlfeldt@yahoo.com.br

³ Bolsista de iniciação científica. E-mail: felipefamecos@hotmail.com

⁴ Bolsista de iniciação científica. E-mail: rafaela.souza.001@acad.pucrs.br

⁵ Bolsista de iniciação científica. E-mail: fafamolina@hotmail.com

press in Portuguese-speaking countries”⁶, cuja versão, em idioma português, deve circular a partir de outubro de 2016⁷. Neste texto verdadeiramente pioneiro, reuniu-se, pela primeira vez, estudos sobre o jornalismo português, brasileiro e das demais antigas colônias portuguesas, a que se acrescentou o jornalismo da Galícia, tendo em vista sua proximidade com o universo lusitano.

Decorrente de tal trabalho, e na medida em que me ocupei deste jornalismo das antigas colônias, alguns questionamentos surgiram ao natural, o principal dos quais a respeito das diferentes políticas desenvolvidas por Portugal e Espanha, frente aos prelos. Se tomarmos apenas a perspectiva lusitana, chama a atenção o fato de que o governo da metrópole proibiu terminantemente a existência de prelos nas colônias. Isso pode ser explicado, quer pela questão política, quer pela questão econômica. Como a metrópole queria o monopólio da indústria para si, seria lógico proibir também a impressão – qualquer que fosse – nas colônias. Assim, a medida era drástica: por questões econômicas, proibição absoluta quanto aos prelos. Por questões políticas, proibição de edição de qualquer folha noticiosa nessas mesmas colônias.

Mas houve exceções, Goa, na Índia, e Macau, na China. Em Goa, já em 1556, foi instalado um prelo pelos padres jesuítas⁸. Também na China, a partir de Macau, onde os portugueses se estabeleceram, a mesma prática é registrada, a partir de 1588⁹. Por que e como explicar tal disparidade de comportamento? A resposta a que cheguei é racional: a população das colônias portuguesas eram, todas, com exceção das indo-goesas e chinesas, analfabetas. Portugal poderia, pois, dispensar a imprensa nestes territórios, até porque seriam escassos aqueles que teriam competência para a leitura, mesmo entre os colonizadores. Em parte, é também esta a posição de José Marques de Melo para explicar a ausência de imprensa no Brasil, além de outras causas¹⁰. Entende-se, pois, que Portugal, encontrando civilizações letradas, dispo de vários idiomas falados e escritos, como ocorreu em Goa e Macau, se visse obrigado a adequar-se às condições nativas para fazer o enfrentamento cultural e

⁶ SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena; HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva (Orgs.). **A history of the Press in the Portuguese-speaking countries**. Lisboa: Media XXI, 2014.

⁷ A obra será ampliada para dois volumes, com pequenas modificações em relação ao texto original inglês.

⁸ HOHLFELDT, Antonio et SOUSA, Bruna Santos. “Síntese histórica da imprensa indo-portuguesa”, Texto original apresentado ao I CONFIBERCOM, em julho de 2011, no âmbito da ECA-USP, no GT de Jornalismo. O texto foi revisado posteriormente e incluído como sub-capítulo da obra mencionada na nota 6, acima.

⁹ SILVA, Henrique Rola da . **Informação portuguesa de Macau**. Macau: Governo de Macau. 1992, p. 11.

¹⁰ MELO, José Marques. **Sociologia da imprensa**, Petrópolis: Vozes. 1973, reeditado em Porto Alegre sob o título **História social da imprensa**. EDIPUCRS. 2003.

político exigido pela colonização¹¹. Tanto isso é verdade, que os prelos jesuíticos, não apenas publicaram textos em português, quanto nos idiomas nativos, vendo-se os sacerdotes obrigados, para tanto, a criar eles mesmos os tipos móveis para as impressões, conforme já explicitarei no artigo antes mencionado.

O problema se complica, contudo, se compararmos a situação das colônias espanholas da América. Afinal, se no México e no Peru atual havia certas práticas de escrita, em nada se comparavam ao sistema encontrado em Goa ou em Macau, nem poderiam elas ser transpostas para livros. No mais, as civilizações pré-hispânicas eram tão ágrafas quanto aquelas da África e do Brasil, encontradas pelos colonizadores portugueses. No entanto, a Espanha permite, desde o século XVI, a presença de prelos, no México e no Peru e, sucessivamente, nas demais colônias. Por que a diferença de política? Minha única resposta, até o momento é, de fato, a perspectiva diversa que a Coroa espanhola tem da questão, em comparação com a coroa lusitana, como já tive também a oportunidade de expressar, em artigo anterior: os reis católicos chegaram a isentar os impressores de impostos!¹²

Talvez a melhor interpretação para esta diferença comportamental deva levar em conta o fato de que Espanha, no decorrer dos dois primeiros séculos pós-descobrimento, isto é, os séculos XVI e XVII, estava, de fato, interessada na colonização da América Hispânica, ao contrário de Portugal, mais preocupado com as colônias de África e Ásia. Portanto, para os espanhóis, tratava-se de ocupar e permanecer nas colônias, enquanto que, para os portugueses, o projeto colonizador para o Brasil estava projetado para o futuro, fato que se modificará a partir das descobertas das minas, no século XVIII. No entanto, se isso poderia explicar a posição de Portugal ante o Brasil, como explicar a mesma proibição vigendo nas colônias africanas?

Deve-se, pois, levar em conta, em meu entendimento, uma compreensão diversa, por parte da coroa portuguesa, em relação à coroa espanhola, quanto aos prelos, suas funções e seus eventuais riscos. Matías M. Molina, em obra mais recente, faz referência à autorização de impressão, pela Coroa Espanhola, ainda em 1502, e o primeiro produto impresso, no prelo do México, teria sido datado de 1539!¹³ Deve-se lembrar, por exemplo, que o

¹¹ É também a tese de Nelson Werneck Sodré, em **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966. A edição mais recente é da INTERCOM. Trata-se de uma edição revista e ampliada: São Paulo, INTERCOM. 2011, ps. 13-14.

¹² HOHLFELDT, Antonio. “Os mídias e formação, o desenvolvimento e a crise do antigo império português”, XXXVII Congresso da INTERCOM: Foz do Iguaçu. Setembro de 2014; ver, igualmente, QUINTERO, Alejandro Pizarroso. **História da imprensa**. Lisboa: Planeta. 1994.

¹³ MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil. Da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015, p. 16.

processo impetrado contra os chamados Inconfidentes mineiros, no século XVIII, fez minucioso levantamento dos livros disponíveis (e lidos?) pelos rebeldes, como se conhece, constituindo o que conhecemos como “autos da devassa”¹⁴. Por outro lado, em que pese a existência destes prelos nas colônias espanholas da América, não se tem registro de publicações de jornais até o século XIX, com o quê podemos pensar uma história comum entre o jornalismo hispano-americano e luso-brasileiro, tendo como motivo deflagrador um mesmo acontecimento, a invasão das tropas napoleônicas dos territórios de Espanha e de Portugal, logo no início daquele século.

Sugestão para uma periodização conjunta

A partir desta perspectiva, podemos, pois, estabelecer uma cronologia dos acontecimentos vinculados a uma possível história do jornalismo latino-americano, da seguinte maneira:

1. Fase anterior à imprensa informativa impressa, entre os séculos XVI e XIX – enquanto, no Brasil, há uma interdição absoluta da imprensa, nas colônias espanholas existem alguns prelos. Publicam-se, contudo, fundamentalmente livros literários e não-literários, calendários, santinhos, livros de orações, etc. Tanto nas colônias espanholas, quanto na lusitana, há algumas sugestões quanto à existência de jornais manuscritos; do mesmo modo, pretende-se que algum prelo teria sido introduzido, por exemplo, nas missões jesuíticas, na área compreendida entre Argentina, Paraguai e Rio Grande do Sul (Brasil)¹⁵, ou durante a dominação holandesa em Pernambuco (em especial, na cidade de Recife, entre 1645 e 1654). Mas não se tem alcançado nenhuma comprovação documental sobre isso. Quanto à América Hispânica, sim, algumas publicações jornalísticas chegaram a circular com alguma periodização constante;

2. Fase conseqüente à invasão napoleônica da Península Ibérica, com diferentes processos, mas coincidindo nos resultados da circulação destes periódicos: a independência das colônias, o que ocorre muito rapidamente, se considerarmos que, em apenas duas décadas, entre 1810 e 1830, a totalidade das antigas colônias se independentiza, em movimentos múltiplos, coincidentes, concomitantes e, muitas vezes interativos. Também as conseqüências destes movimentos se expandem para além do continente, como é o nítido caso da independência brasileira (1822), que provoca uma

¹⁴ AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA (ADIM). Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1977. Esta é a segunda edição da obra originalmente publicada pela Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. 1936.

¹⁵ MOLINA, M. Matias. **História dos jornais no Brasil**, op. cit., p. 37. Segundo Molina, a prensa teria sido instalada em missões que hoje se situam na Argentina, não no Brasil. Não sei se podemos fazer esta distinção, a não ser anacronicamente, pois as missões do século XVII constituíam uma unidade, hoje quebrada graças à geografia política que discrimina Argentina, Paraguai e Brasil, ao contrário do que ocorria na época.

radical mudança de política, quanto à imprensa, por parte da Coroa portuguesa, a partir de 1836, orientando-se as administrações coloniais a adquirirem prelos e estabelecerem os chamados “boletins oficiais”, com a criação das imprensas nacionais que, por seu lado, abrirão caminho para os jornais não oficiais e independentes, como já demonstrei anteriormente¹⁶; este período inclui o surgimento dos primeiros jornais que, em seu desenvolvimento, rapidamente tornar-se-ão jornais pró-independentistas;

3. Fase de estruturação da imprensa industrial, a partir do final do século XIX, quando convivem jornais ideológicos e partidários com aqueles que começam a se estruturar enquanto empresas comerciais e industriais. Alguns desses periódicos remanescem em todo o continente, como no Chile, México, Argentina e Brasil, dentre outros países;

4. Fase de estruturação de grupos multimídias, ao longo da segunda metade do século XX, quando, a partir de periódicos, as empresas de comunicação, já fortemente constituídas, começam a diversificar suas atividades, acompanhando o desenvolvimento das tecnologias: rádio, televisão e internet, em todas as suas variantes. No México, vamos encontrar o grupo Televisa; na Argentina, o grupo La Nación e, no Brasil, a Rede Globo, por exemplo.

No início foi assim

Adentremos um pouco, agora, em cada um desses períodos, para melhor visualizá-los e compreendê-los. Começemos por aquela primeira fase anterior ao século XIX. No caso brasileiro, ela pode ser resumida em poucas linhas: Portugal proibia todo e qualquer prelo e toda e qualquer atividade impressora. Havia controle inclusive quanto à circulação de livros e impressos, os mais variados possíveis¹⁷. Molina afirma que, se não havia proibição expressa quanto aos prelos, por parte de Lisboa, a metrópole sempre se apressou a mandar destruí-los ou retorná-los a Portugal, quando se os descobria, como no caso de Antonio

¹⁶ HOHLFELDT, Antonio. “Imprensa das colônias de expressão portuguesa. Primeira aproximação”, Natal: XXXI Congresso Brasileiro de ciências da Comunicação. Setembro de 2008, posteriormente editado em São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, Comunicação & Sociedade, Ano 30, nº 51, janeiro-junho de 2009, ps. 135-154. Pode-se consultar, também, HOHLFELDT, Antonio. “A imprensa nas colônias de expressão portuguesa: Principal bibliografia”, São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor, São Paulo. Novembro de 2008

¹⁷ Consulte-se, em especial, as obras de SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, já mencionada; e BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa no Brasil (1800-1900)**. Rio de Janeiro, Mauad X. 2010. Também é útil a leitura de SILVA, Maria Beatriz Nizza da – **Cultura no Brasil colônia**, em especial do capítulo “O comércio de livros e folhetos”. Petrópolis: Vozes. 1981, p. 144 e ss.

Isidoro da Fonseca (1747), segundo o autor, o primeiro fato comprovado de existência de um prelo na colônia portuguesa da América¹⁸, no caso, na cidade do Rio de Janeiro.

Quanto à América espanhola, a história é mais densa. É preciso lembrar que, embora não existissem sistemas de imprensa entre os povos primitivos do continente hispano-americano, havia, sim, alguns sistemas de escrita e, certamente, eficientes sistemas de comunicação e troca de mensagens, como no caso dos astecas, cujo registro de acontecimentos chega a ter um desenvolvimento fonético, e os incas, com seus quipus, que funcionam como um sistema mneumônico¹⁹. Entre os incas, havia os mensageiros – chasquis - e os quipukemayos. Sabe-se que, no México, Montezuma, o imperador da época, foi avisado por um paguani da chegada dos espanhóis ao reino²⁰. Não devemos esquecer, igualmente, os sistemas ideográficos já existentes na Península do Yucatan (Guatemala) e Chichen-Itzá, no México.

Pode-se dizer que, simultaneamente ao surgimento das primeiras publicações informativas, ocorrem também jornais manuscritos que começam a circular nas colônias. Lembrando que, em Portugal, os primeiros jornais, manuscritos e depois impressos, são produzidos a partir de 1626 (manuscritos) e 1627 (impressos), atribuídos a Manuel Severim de Faria, e que, na Espanha, os primeiros impressos são de Barcelona, em 1641, e a Gaceta de Madrid, em 1661, pode-se valorizar sobremaneira o fato de que, já no século XVII, circulam algumas folhas informativas nas colônias hispano-americanas, sendo que alguns editores chegam a construir prelos e tipos em madeira, como aquela da Guatemala, de que se tem informações, no ano de 1647.

Os formatos escolhidos são os mesmos que circulam em Portugal: as relações e os mercúrios, depois as gazetas, primeiro, dando conta dos acontecimentos da Europa, buscando manter ao par daqueles acontecimentos gente que veio da Espanha e que, permanecendo provisória ou definitivamente no Novo Mundo, continua tendo, no Velho Mundo, o seu ponto de referência. Conta-se que, em 1594, ter-se-ia publicado uma Relação, em Lima, ainda antes que as mesmas circulassem na Espanha ou em Portugal.

Sabe-se que, a partir de 1º de janeiro de 1722, Juan Ignacio Castorena Ursúa, mais tarde bispo de Yucatan, criou a Gazeta do México, com 4 páginas, circulação mensal, e com informação ordenada a partir da procedência e da data de origem da informação: dos locais

¹⁸ MOLINA, Matías M. . **História dos jornais no Brasil**, op. cit., p., 17.

¹⁹ BELTRÁN, Luís Ramiro (Org.). **La comunicación antes de Colón. Tipos y formas em Mesoamérica y los Andes**. La Paz: Centro Interdisciplinario Boliviano de Estudios de la Comunicación. 2008.

²⁰ BENÍTEZ, José Antonio. **Los orígenes del periodismo em nuestra América**. Buenos Aires: Lumen. 2000.

mais distantes e as datas mais antigas, mesmo critério de organização da Gazeta de Lisboa, e que seria mantida pela Gazeta do Rio de Janeiro, a partir de 10 de setembro de 1808. Esta primeira publicação desapareceu em junho daquele mesmo ano, mas foi retomada, a partir de 1728, por Juan Francisco Sahagún de Arévalo, considerado, por isso mesmo, o patrono da imprensa hispano-americana. Trazia em suas páginas novidades políticas, informações científicas, perspectivas meteorológicas, poemas, etc.

Invasões napoleônicas mudam a história

As invasões das tropas napoleônicas, primeiro na Espanha (18 de outubro de 1807, quando as tropas do General Junot atravessam o rio Bidassoa) e, depois, em Portugal (30 novembro de 1807, com a invasão de Alcântara e, depois, a chegada a Lisboa), de certo modo inspiraram, incentivaram e apressaram os movimentos pré-independencistas nas colônias, tanto aquelas vinculadas ao governo espanhol, quanto no Brasil, vinculados a Portugal. Embora por linhas transversas e com processos relativamente diversos, as invasões napoleônicas também provocaram o surgimento da imprensa periodística, no Brasil, e ampliaram fortemente aquela primeira imprensa informativa nas colônias hispano-americanas. No caso brasileiro, o processo se deu com a participação direta e indireta da administração de Dom João VI, na medida em que a Gazeta de Lisboa, que continua a se publicar na capital lusitana, mas sob a influência francesa, é substituída, na nova capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, pela Gazeta do Rio de Janeiro, dirigida pelo mesmo Frei Tibúrcio que editara, até então, o jornal português, e que se deslocara, com a corte, para o Brasil. Ao mesmo tempo, a fuga de Hipólito José da Costa, ex-embaixador português nos Estados Unidos, nativo da Colônia do Sacramento (mais tarde Uruguai), fixando-se em Londres, abre caminho para a edição e circulação do Correio Braziliense, a partir de junho do ano de 1808. Nos anos seguintes, suceder-se-iam outras publicações, em Salvador ou no Rio de Janeiro, como o Idade d'Ouro do Brasil (Salvador da Bahia, 1811 a 1823) ou O Patriota (Rio de Janeiro, 1813-1814), dentre outros.

O retorno do Príncipe Regente, agora já transformado em Rei, pela morte da mãe, D. Maria I, a Lisboa, por instâncias das Côrtes, em 1821, provoca o segundo movimento de independentização, que vai chegar ao 7 de setembro de 1822, mas ainda, de certo modo, sob a tutela lusitana que só se quebrará, de fato, com a renúncia de Dom Pedro I e sua partida

para Portugal, em 1831. Todo este movimento está amplamente refletido na multiplicidade de jornais que então circulam, conforme documenta e discute Giovanna Flores²¹.

Na América espanhola, o movimento é um pouco diverso. Como Napoleão apropriou-se do trono da Espanha, nele colocando seu irmão mais velho, José Napoleão, depois da retirada do rei Carlos IV e da renúncia de seu filho Fernando, que o sucedera, a resistência nativa acaba se refletindo nas colônias, já a partir dos governadores. Enquanto a população espanhola se organiza para a libertação, os governadores das províncias latino-americanas entendem ser a hora de montarem um movimento de resistência contra a dominação francesa, à espera de melhores dias. É assim que nascem os primeiros e importantes jornais coloniais, sobretudo depois dos acontecimentos conhecidos como a constituição das Côrtes de Cadiz, de 1810, que tentaram, em vão, reorganizar o governo espanhol. De qualquer modo, contudo, alcançaram a redação de uma constituição liberal, em 1812, que se refletiu fortemente nas colônias latino-americanas, quando o país conseguiu libertar-se do jugo francês. O retorno do rei Fernando, contudo, condenou o documento. Retomado e abandonado, sucessivamente, mais duas vezes, foi pioneiro em suas propostas liberais e pesou definitivamente para as lutas independentistas das colônias. Ocorre que o processo que se desenvolverá na América Latina, neste momento em que lutas intestinas entre liberais e absolutistas se eclodem na Espanha (o que durará até 1850, do mesmo modo que em Portugal o mesmo ocorreria, até a vitória de Pedro IV – o Pedro I brasileiro, em 1834), abre espaço para que os independentistas assumam cada vez maior espaço, levando sua pregação sobretudo através da imprensa que, naquele momento, já se encontra bastante consolidada, nas diferentes colônias.

É claro que em cada parte das diferentes colônias o processo experimentou ritmos e desenvolvimentos variados. Mas, aqui, quero sublinhar o movimento em suas grandes linhas, que será experimentado por estes territórios e que redundará nos múltiplos esforços independentistas, desde o chamado “Grito de Dolores” mexicano, tendo à frente o sacerdote liberal Miguel Gregorio Antonio Ignacio Hidalgo y Costilla Gallaga Mondarte Villaseñor, mais conhecido apenas como Miguel Hidalgo y Costilla, o Pai da Pátria, que liderou uma revolução em 1810, derrotado no ano seguinte, depois da traição de um de seus homens, até o movimento da Província Cisplatina, atual Uruguai, contra o Brasil, já em 1825.

²¹ FLORES, Giovanna G. Benedetto. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a função do discurso jornalístico brasileiro**, Porto Alegre/Palhoça: EDIPUCRS/UNISUL. 2015. Trata-se de tese doutoral defendida na UNICAMP.

As independências e seus jornais

O pioneiro neste movimento foi o México, com jornais como Gaceta de Mexico (1722) e Notícias de Nueva España (1722); seguiram-se outros, como A Gaceta de Lima, de 1743, um dos primeiros títulos importantes deste novo momento, assim como Gaceta de La Habana (1764); Primicias de La Cultura de Quito, no Equador (1792); a Gaceta de Guatemala (1729), e assim por diante. Parte destes jornais surge a partir dos próprios administradores espanhóis ou de seus simpatizantes. Outros nascem a partir de iniciativas de uma elite mestiça, que vem se formando ao longo dos séculos, ou de figuras *ilustradas* espanholas que, por um motivo ou outro, encontram-se radicadas – provisória ou definitivamente – no Novo Mundo.

Os acontecimentos políticos da Europa como que dão o pequeno empurrão que faltava. O processo, na verdade, ocorre por etapas: as colônias da América do Sul e o México alcançam sua independência por primeiro; seguem-se as colônias da América Central, apenas depois de 1820. E temos os casos especiais do Haiti, que desde 1806 busca sua independência, a partir do movimento de um ex-escravo, Toussaint Louverture, feito prisioneiro e enviado para a França, onde vem a falecer; ele é substituído por Dessalines, outro escravo, assassinado e, enfim, por Henri Christopher, que chegou a reinar sob o título de Enrique I (copiava a própria Espanha?) e de Porto Rico, a primeira colônia falando francês e a segunda o inglês, que sofrem processos muito mais radicais.

Este foi um longo e cruento processo, marcado por um sem número de periódicos, cujos detalhes não pretendo aqui adentrar, porque, neste estudo inicial, o que interessa é a tendência geral e unitária.

Quando se chega a 1870, todos os países das Américas, inclusive o Brasil, experimentarão uma nova etapa na história do jornalismo impresso, iniciando a fase da chamada *imprensa industrial*.

A notícia enquanto produto à venda

Alguns destes jornais vão atravessar os séculos e sobrevivem ainda hoje. É o caso, por exemplo, de El mercurio, de Valparaíso, mais tarde transferido para Santiago, no Chile (1827); no México, surgem El universal (1916) e El Excelsior (1917), enquanto na Argentina aparecem La Prensa (1869), de José C. Paz, e La Nación (1870), este último idealizado por Baltolomé Mitre, ex-presidente do país. No Uruguai, é a vez do El Dia, de José Batlle y Ordóñez, também figura política destacada no país.

No Brasil, logo depois da independência, surgem o Correio do Rio de Janeiro (1822), Diário de Pernambuco (1827), Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro (1827), A Província de São Paulo (1875) que, mais tarde, tornar-se-á O Estado de São Paulo, quando o país se torna uma república (1889); Jornal do Brasil (1891), Correio do Povo (1895) e o mais antigo de todos, no continente, ainda em circulação, O Diário de Pernambuco (1825). Esse processo vai-se consolidar após o final da I Grande Guerra (1914-1918), na medida em que os jornais consolidam-se enquanto empresas. Neste meio tempo, a industrialização decorrente da substituição de importações, a migração rural que visa atender à demanda da mão-de-obra industrial e a conseqüente urbanização, provocam um crescimento significativo das cidades. O processo de imigração européia para o continente também modifica a constituição desta população, que se torna mais politizada e passa a consumir mais jornais. Esta tendência é reforçada pela presença crescente da escolarização, que diminui os percentuais, até então muito altos, de analfabetismo. Tudo isso gera um aumento das tiragens, a necessidade de modernização das empresas jornalísticas e uma preocupação crescente com o leitor, visualizado agora enquanto *cliente*.

O surgimento do telégrafo permitiu a organização das agências de notícias, a primeira das quais foi a Havas (1810), o que ampliava o fluxo das notícias e, sobretudo, permitia que as mesmas chegassem a seus receptores com maior brevidade. Embora o período que se segue à constituição das novas nações seja fortemente marcado por disputas políticas e ditaduras mais ou menos sangrentas, conforme a região, gradualmente a democracia vai-se institucionalizando.

Deve-se levar em conta, por exemplo, que muitas destas ditaduras estabeleceram-se fortemente alavancadas pelas então nascentes tecnologias da comunicação, como o rádio, que surgira a partir dos anos 1920, e que permitirá a popularidade de Perón, na Argentina, Getúlio Vargas, no Brasil (como igualmente ampliava o alcance de Adolf Hitler, na Alemanha nazista, de Benito Mussolini, na Itália fascista, de Francisco Franco, na Espanha ou de Antonio Salazar, no Portugal do Estado Novo (denominação igualmente presente na ditadura getulista posterior ao golpe de 1937)).

Tecnologias se multiplicam

Uma observação atenta mostrará que o surgimento do rádio é mais ou menos simultâneo no continente, a partir da Rádio Clube de Pernambuco, no Brasil, em 1919; a Rádio Argentina, em 1920 ou a Radio Universidad de Chile, em 1922. O rádio nasceu sem regulamentos, e só ao longo das décadas encontrará uma legislação variável, de país para país. Tanto isso é

verdade que a Alemanha nazista chegou a financiar emissoras na Bolívia, por exemplo, para garantir a versão que interessava ao Império alemão, entrando com facilidade no Chile, Argentina, Paraguai e Peru, por exemplo.

Estamos acompanhando, neste momento, a passagem do rádio para a frequência modulada, iniciada nos anos 1950-1960, lado a lado com o surgimento e a popularização da televisão, com os pioneirismos continentais do México (1950), Cuba (CMQ TV de Havana, também em 1950), u a TV Tupi, em São Paulo, ainda naquele mesmo ano de 1950, logo seguidos de Buenos Aires (1951), e Venezuela (Televisora Nacional de Caracas, em 1952). A continuidade deste processo será marcado pela tendência multimídia, como se verifica, hoje em dia, em países como México, Brasil e Argentina.

Um estudo cuidadoso da história do jornalismo e da imprensa, em nosso continente, mostra, pois, que se trata de um processo único, embora com algumas pequeninas diferenças nas cronologias de cada país, mas que não chegam a afetar os grandes processos que podemos verificar no continente. E isso prossegue na contemporaneidade, até porque está fortemente relacionado com o desenvolvimento dos processos de relações públicas, institucionalizadas a partir dos Estados Unidos²², tanto quanto da publicidade, igualmente a partir da América do Norte: publicidade gerando pesquisas de audiência, publicidade participando diretamente da constituição de um *modus vivendi* continental, reflexo puro do que se fazia além: os mesmos produtos, as mesmas empresas, às vezes até os mesmos programas. A imprensa perde espaço, mas não o jornalismo. Por isso mesmo, os desafios do continente, neste momento, são também os mesmos: constituição e implantação de políticas públicas, capazes de garantir, não só o direito de expressão (que, no mais das vezes, significa a expressão das empresas jornalísticas), mas direito de expressão para todos os grupos sociais e cidadãos, mediante legislações cuidadosamente estabelecidas.

REFERÊNCIAS

- AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1936.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa no Brasil (1800-1900)**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2010.
- BARRERA, Carlos (Coord.). **Historia del periodismo universal**. Barcelona: Ariel. 2004.
- BELTRÁN, Luís Ramiro et alii (Orgs.) – **La comunicación antes de Colón. Tipos y formas em Mesoamérica y los Andes**. La Paz: Centro Interdisciplinario Boliviano de Estudios de la Comunicación. 2008.
- BENÍTEZ, José Antonio. **Los Orígenes Del periodismo em nuestra América**. Buenos Aires: Lumen. 2000.

²² RUDIGER, Francisco -

- BERNEDO, Patrício. “Nacimiento y desarrollo de la prensa periódica nacional en América Latina” in BARRERA, Carlos. **Historia del periodismo universal**. Barcelona: Ariel. 2004.
- FLORES, Giovanna. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1823) e a função do discurso jornalístico brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2015.
- HOHLFELDT, Antonio. “Imprensa das colônias de expressão portuguesa. Primeira aproximação”, apresentado ao XXXI Congresso Brasileiro da INTERCOM, Natal. Setembro de 2008. Posteriormente editado em Comunicação & Sociedade. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, Ano 30, Vol. 51, janeiro-junho de 2009, ps. 135-154.
- HOHLFELDT, Antonio. “A imprensa nas colônias de expressão portuguesa. Principal bibliografia”, apresentado ao VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, Sociedade Brasileiro de Pesquisadores em Jornalismo-SBPJor. Novembro de 2008.
- HOHLFELDT, A. et SOUSA, B.S. “Síntese histórica da imprensa indo-portuguesa”, texto original apresentado ao I CONFIBERCOM, ECA-USP, julho de 2011.
- HOHLFELDT, Antonio. “Os mídias e a formação, o desenvolvimento e a crise do antigo império português”, apresentado ao XXXVI Congresso Nacional da INTERCOM: Foz do Iguaçu. Setembro de 2014.
- MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2003.
- MOLINA, Matías M.. **História dos jornais no Brasil**. Da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras. 2015.
- POZO, Rosa Zeta de et alii. “Los medios de comunicación en América Latina” in BARRERA, Carlos. **História del periodismo universal**. Barcelona: Ariel. 2004.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso. **História da imprensa**. Lisboa:Planeta. 1996.
- SILVA, Henrique Rola da. **Informação portuguesa de Macau**. Macau: Governo de Macau. 1992.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Cultura no Brasil colônia**. Petrópolis:Vozes. 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.
- SOUSA, J. P.; LIMA, H.; HOHLFELDT, A.; BARBOSA, M. (Orgs.). **A history of the press in the portuguese-speaking countries**. Lisboa: Media XXI. 2014.
- VICENTE, Enrique Ríos. “O jornalismo na América Latina” in QUINTERO, Alejandro Pizarroso. **História da imprensa**. Lisboa:Planeta. 1996.
- WEILL, Georges. **El periódico. Orígenes, evolución y función de la prensa periódica**. Mexico: Uteha. 1962.